

A FAMÍLIA MAU-TEMPO NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DITATORIAL SALAZARISTA

Camila Azeredo Sampaio

Orientador: Silvio Renato Jorge

Graduanda

RESUMO: Este trabalho, parte de um projeto maior que tem como objeto de estudo romances saramaguianos que realizam uma releitura crítica do Estado Novo português, busca analisar as relações familiares em *Levantado do Chão*, de José Saramago. Através de uma base transdisciplinar, que relaciona literatura, história e memória, busca-se apresentar uma visão do contexto familiar apresentado na obra e como o salazarismo e a violência ditatorial, tanto a violência física quanto a violência subjetiva, permeiam e acometem essas relações. Questiona-se então o ideal de família portuguesa idealizada por Salazar e evidencia-se como a violência do latifundiário e do discurso autoritário são recursos que ferem a integridade da família Mau-Tempo, indo de encontro com o imaginário salazarista de “doce convívio familiar” que era concebido pelo pensamento tradicionalista e conservador. Para isto, será utilizado como material base para compor um panorama e realizar a análise do imaginário salazarista, além do texto literário, os discursos proferidos publicamente por Salazar, nos quais percebe-se com clareza a forma como deseja-se moldar as dinâmicas familiares e os papéis sociais dos indivíduos que compõem a família. Será também explorado a forma como os papéis sociais atribuídos com base no gênero afetam as relações familiares no momento que, em um contexto de violência, é inevitável que o indivíduo os quebre para garantir a sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: literatura contemporânea, José Saramago, salazarismo, família.

Este trabalho, parte de um projeto maior que tem como objeto de estudo romances saramaguianos que realizam uma releitura crítica do Estado Novo português, busca analisar as relações familiares em *Levantado do Chão*, de José Saramago. Através de uma base transdisciplinar, que relaciona literatura, história e memória, busca-se apresentar uma visão do contexto doméstico representado na obra e como o salazarismo e a violência ditatorial, tanto a violência física quanto a violência subjetiva, permeiam essas relações.

Desta forma, tomamos como material de base para análise os discursos proferidos por Salazar, para assim ser possível compor um panorama acerca dos padrões sobre os quais se desejava moldar a família portuguesa. Em entrevista cedida por Filipe Ribeiro de Menezes, biógrafo de Salazar, afirma-se que

Ele [Salazar] detestava aparições públicas e fazia discursos endereçados mais aos magistrados que ao homem do povo. Tinha uma fraca oratória e uma voz débil que nunca empolgava. Desprezava os slogans políticos, achava vulgar ver o seu rosto estampado em cartazes de rua e, enquanto seus contemporâneos Adolf Hitler, Benito Mussolini e Francisco Franco adotavam a vestimenta militar como demonstração de força, ele preferia a austeridade do fraque negro encimado pela cartola. (CLAUDIO, 2011)

Apesar da “oratória fraca” e do pouco apreço por aparições públicas, Salazar identificou no discurso um instrumento de importância. Desta forma, foram lançados pela Coimbra Editora, Ltda., a partir dos anos 1930, os “discursos e notas políticas” de Salazar, divididos em seis volumes, que abrangem os anos de 1928 a 1966. A publicação dos discursos representaria então uma “ferramenta para divulgar as principais *lições ideológicas* que Salazar pretendia transmitir à ‘Nação’”, de forma semelhante a um “manual pragmático” (CADAVEZ, 2012, p. 44-45), que teria como destino a sociedade portuguesa. Além disto, “Salazar sempre pretendeu transmitir de si próprio a imagem do mestre que educava a ‘Nação’” (ibidem, p. 45).

É exatamente neste contexto educacional que surge *A lição de Salazar*. Em comemoração aos 10 anos do governo salazarista foram publicados, no ano de 1938, sete cartazes que tinham como objetivo expor e enaltecer os feitos realizados durante tal governo. Os cartazes seriam distribuídos para escolas e “deveriam ser utilizados como material didático, colocados sobre o quadro preto e deveriam servir de base à lição do dia” (REMÉDIO, 2013, p. 136). Excetuando-se o cartaz *Deus, Pátria, Família: a trilogia da educação nacional*, que aqui será abordado, os demais realizavam um esquema de comparação através de ilustrações, que visava ressaltar a diferença entre o antes e depois da tomada de poder de Salazar.

“Deus, Pátria, Família”, lema amplamente difundido no regime salazarista, é ilustrado por uma cena doméstica, cena que traduz as dinâmicas familiares e os papéis sociais dos indivíduos que compõem a família ideal salazarista e que se fundamenta no “mito da pobreza honrada” (ROSAS, 2001, p. 1035). O pai é o trabalhador rural, o lavrador, enquanto a mãe é quem realiza os serviços domésticos e zela pelos filhos. O filho é aquele que, trajando o uniforme da Mocidade Portuguesa, encaminha-se para tornar-se um bom cidadão português, que defende a ideologia ditatorial; e a filha, com brinquedos que remetem aos cuidados domésticos, para uma vida de dona de casa. No cartaz ainda pode se notar o destaque às cores

verde e vermelho, cores da bandeira, e o castanho, cor da farda da Mocidade Portuguesa (ibidem, p. 137). Como afirma Maria Margarida Rodrigues Remédio:

A imagem revela o lar perfeito, rústico, modesto, humilde, analfabeto, patriarcal e cristão. É a apologia da saudável e simples vida do campo, por oposição aos vícios gerados pela vida urbana. O lar é simples e aconchegado, sem água nem electricidade, sem jornal ou aparelho de rádio, nada que faça lembrar a indústria e a modernidade.

(...)

É a pobreza honrada presente na forma como a casa e a família são apresentadas. É este o estar que Salazar pretendia para os portugueses. (Ibidem, p. 158-159)

É a partir desse panorama do ideal de família portuguesa idealizada por Salazar que buscamos questionar e evidenciar como a violência do latifundiário e do discurso autoritário são recursos que ferem a integridade da família Mau-Tempo, indo de encontro com o imaginário salazarista de doce convívio doméstico que era concebido pelo pensamento tradicionalista e conservador. Para o regime salazarista, como para qualquer outro regime totalitário, era indiscutível a importância da família para o bem-estar da Nação. É ela que, dentro do contexto social, regula a vida privada, que por sua vez é intimamente ligada à vida pública, já que figuram em ambas os mesmo indivíduos.

Apesar da narrativa tratar da trajetória da linhagem Mau-Tempo como um todo, sem realizar divisões, para este trabalho iremos tomar três casais como exemplos para se pensar as questões familiares. Seguindo a árvore genealógica dos Mau-Tempo, iniciamos com Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição. Fundadores da linhagem, se casam a contragosto do pai de Sara, que só permite a união porque ela “só para rectamente casar se desviara do direito caminho das virgens” (SARAMAGO, 2013, p. 23).

O primórdio dos Mau-Tempo se situa no momento no qual se dá a transição para a República que, vindo “despachada de Lisboa” (ibidem, p. 34), não traz mudanças para trabalhador rural posto que, entre o latifúndio monárquico e o latifúndio republicano, “as parecenças eram todas” (ibidem, p. 35). Dentro desse contexto de extrema miséria Domingos Mau-Tempo, nos anos que antecederam seu suicídio, demonstra-se um homem alcoólatra e violento em relação à esposa e filhos, homem que “volta da taberna e entra em casa aos bordos de parede a parede, de má mente olha para o filho, e porque não me deste aquela palha, mulher malvada, toma para aprenderes” (ibidem, p. 27). Logo após a viuvez de Sara, torna-se viúvo também Joaquim Carranca, seu irmão. Desta forma, “juntou a fome com a

vontade de comer” (ibidem, p. 63), e os irmãos unem seus lares, que mais uma vez tornam a ter a figuração familiar tradicional:

Deixaram os Mau-Tempo de pedir às portas e Joaquim Carranca ganhou quem lhe cuidasse das roupas, que é coisa que um homem não dispensa, e dos filhos, por acréscimo. E como não é costume bater irmão em irmã, mesmo que sim, não tanto como marido em mulher, melhor tempo começou para Sara da Conceição. Não faltará quem considere isto pouco. Diremos que são pessoas que nada sabem da vida (ibidem, p. 63).

Para Moisés de Lemos Martins, essa figuração familiar aos olhos da ditadura, que ainda vai chegar, “responde à necessidade de conhecimento, de controlo e de utilização política e econômica dos indivíduos. Trata-se de poder vigiar permanentemente a conduta de toda a gente, apreciá-la, sancioná-la, medir-lhe as qualidades e os méritos” (1986, p. 78). Já para o núcleo familiar dos Mau-Tempo, essa união em específico se trata de um complemento: tanto no caso homem quanto no caso da mulher há a imposição de papéis sociais que não podem, ou não são, desempenhados por eles quando designados ao outro gênero. No caso de Sara, especialmente, trata-se de uma questão de sobrevivência, já que a união possibilitaria o aumento da renda em um momento no qual “ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos de metade, como de costume” (SARAMAGO, 2013, p. 34).

A diferença salarial não só demonstra a posição de inferioridade da mulher em relação ao homem como também se torna uma forma de impossibilitar não uma emancipação feminina radical, já que não é o capital por si só que constrói e consolida o patriarcado, mas a possibilidade da mulher ter, mesmo que no contexto extremamente precário do latifúndio, independência financeira. Independência esta que, no meio de uma sociedade capitalista, é o que permite à mulher ter a escolha de não se subjugar a um casamento, que a princípio seria sua fonte de estabilidade financeira e social. Sem o casamento, a estrutura familiar idealizada por Salazar malogra. A mulher que não contrai matrimônio significaria mais um elemento para vigiar e controlar, já que se o seu controle não se dá através da esfera doméstica ele deve se dar de outra forma. Em discurso na Sede da União Nacional, no dia 16 de Março de 1933, Salazar proclama:

Subamos agora mais alto e ponhamos este problema: a produção que lida com trabalhador pode ignorar a família? O homem que trabalha não é só; ele vive enquadrado numa sociedade natural, geralmente não a família de que proveio, mas a família que ele constituiu. Quando a produção desconhece a família, começa por convidar ao trabalho os vários membros dela que o

possam fornecer – a mulher e os filhos menores, e parece que estes salários suplementares são benefício apreciável; contrária é porém a realidade. O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário percebido. De vez em quando perde-se de vista a importância dos factores morais no rendimento do trabalho. O excesso da mecânica que aproveita o braço leva a desinteressar-se da disposição interior. Em todo o caso continua exacto ainda hoje, na maior parte da produção, que a alegria, a boa disposição, a felicidade de viver constituem energias que elevam a qualidade e a quantidade do trabalho produzido.

A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção.

Assim temos como lógico na vida social e como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente; defendemos que o trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem a responsabilidade da mesma, não deve ser fomentado; nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer. (SALAZAR, 1961)

É visível a preocupação de Salazar em manter a mulher reclusa no ambiente doméstico e familiar, até mesmo a mulher solteira, como forma de controle, já que “a intimidade e o isolamento constituem o espaço analítico organizado pela disciplina ética para o conhecimento, o domínio e a utilização dos indivíduos” (MARTINS, 1986, p. 78).

Levando em consideração o carácter revolucionário da narrativa, tratando das questões políticas ao trilhar um caminho que culmina na Revolução dos Cravos, e o próprio posicionamento político de Saramago, é possível associar sua obra aos ideais revolucionários soviéticos. No livro *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas* (Editora Boitempo, 2014), Wendy Goldman afirma que “a ideia soviética de matrimônio dos anos 1920 era a de uma relação entre iguais, uma união de camaradas fundada em *afeto mútuo e soldada por interesse comuns*” [Grifo nosso] (GOLDMAN, 2014, p.25). A partir dessa afirmativa é possível realizar uma comparação entre os relacionamentos de Domingos Mau-Tempo/Sara da Conceição e João Mau-Tempo/Faustina, principalmente uma comparação de como lhes ocorre o matrimônio. Enquanto com Sara e Domingos, como apresentado anteriormente, o casamento ocorre por conta da gravidez de Sara, Faustina e João se casam por “afeto mútuo”.

O momento das núpcias, que no caso de Sara e Domingos não são as núpcias de fato, mas o primeiro encontro sexual, também é importante para a comparação e ilustram

nitidamente a forma como o relacionamento dos casais vai se desencadear com o passar do tempo:

Ali estiveram nem tanto como meia hora, deitados entre o trigo alto, e quando Domingos regressou às suas formas e Sara a casa dos pais, ele ia assobiando de comprazido e ela tremia como se o sol não queimasse já. E, quando atravessou a ribeira a vau, teve de agachar-se e lavar-se debaixo duns salgueiros porque o sangue não parava de escorrer-lhe pelas pernas (SARAMAGO, 2013, p. 23).

João Mau-Tempo levava Faustina pela mão, tremiam-lhes os castigados dedos, guiava-a sob as árvores e ao rente dos matos e das ervas molhadas, e de repente, sem saberem como aquilo aconteceu, talvez cansada de tantas semanas de trabalho, talvez tremor insuportável, acharam-se deitados. Em pouco tempo perdeu Faustina a sua donzelia, e, quando terminaram, lembrou-se João do pão e chouriço, e como marido e mulher o repartiram (ibidem, p. 77).

De forma progressiva, os relacionamentos na família Mau-Tempo vão evoluindo e se aproximando do ideal soviético. Ao passo que Sara é uma mulher calada, obedecendo ao marido ou a quem se coloque no papel de provedor da família, “hábito que vinha dos seus submissos anos de mulher casada” (ibidem, p. 65), Faustina encontra respeito e consideração no seu relacionamento, apesar de não circular na esfera pública da mesma forma que o marido. Para os teóricos soviéticos, a participação da mulher na vida política e cultural era essencial, pois era essa participação que forneceria a união e compreensão entre o casal e posicionaria a mulher no mesmo patamar social do homem, tornando-se assim uma igual (GOLDMAN, 2014).

Apesar de Salazar projetar um ambiente ideal para um casamento fragmentado, em que a hierarquia de gêneros sobrevalece, o respeito e “entendimento mútuo”, na narrativa de Saramago, aproximam-se de ser proporcionais ao sentimento revolucionário e vice-versa. Dessa forma, o momento em que a narrativa se encaminha para o relacionamento de Gracinda, filha de João e Faustina, e Manuel Espada, é quando se alcança maior proximidade do casal “camarada” (ibidem) e do sentimento revolucionário, o que é notado no episódio em que Faustina participa de uma manifestação com Manuel Espada:

(...) Gracinda Mau-Tempo também quis vir, já não há quem segure as mulheres, isto pensam os mais velhos e antigos, mas não dizem nada, que faria se tivessem ouvido a conversa, Manuel, eu vou contigo, e Manuel Espada, apesar de ser quem é, julgou que a mulher estava a brincar e respondeu, responderam pela boca dele sabe-se lá quantas vezes de manueís, Isto não é coisa para mulheres, (...). Falaram do caso no resto do serão,

falaram já deitados, a conversa adiantada, A menina fica com a minha mãe e nós vamos juntos, não é só dormirmos na mesma cama, enfim rendeu-se Manuel Espada e ficou contente por se ter rendido, passou o braço por cima da mulher e puxou-a para si, são gestos de homem e abandonos de mulher, (...) (SARAMAGO, 2013, p. 335-336).

E do relacionamento de Faustina e Manuel sucede Maria Adelaide, figura que, de acordo com Teresa Cristina Cerdeira da Silva, instaura um novo ciclo no qual a mulher também se torna uma personagem cuja história será contada, ciclo de uma mulher “que cresce, que conquista seu espaço, deixa de ser «sombra» (como Sara), aprende a não só apoiar (como Faustina) mas a participar e a ver morrer (como Gracinda) e a tornar-se o tema das histórias dos homens (como Maria Adelaide)” (1989, p. 259).

A partir dessa análise, torna-se visível que o desejo de tornar a família um objeto de controle dá-se pela necessidade de “romper a segurança laica ‘dos grandes falanstérios, das colossais construções para habitação operária, com seus restaurantes anexos e a sua mesa comum’” (MARTINS, 1986, p.78). E o ideal de subordinação feminina, que retém a mulher no ambiente doméstico e a impede de frequentar espaços políticos e culturais, colabora para que o próprio lar não se torne um ambiente subversivo. Hierarquizando e atribuindo lugares individuais, possibilitou-se “o controlo de cada indivíduo e o trabalho simultâneo de todos” (ibidem, p. 80).

REFERÊNCIAS

CADAVEZ, Maria Cândida. *A Bem da Nação: As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Tese de doutoramento, Estudos de Literatura e de Cultura (Ciências da Cultura), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8401>>. Acesso em 30/06/2018.

CLAUDIO, Ivan. O poder segundo Salazar. Revista ISTOÉ, nº2157 de 16/03/2011. Disponível em: <https://istoe.com.br/128049_O+PODER+SEGUNDO+SALAZAR/>. Acesso em: 01/07/2018.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, Iskra Edições, 2014.

MARTINS, Moisés de Lemos. Uma solidão necessária à ordem salazarista: a família como terapêutica nacional. *Cadernos de Ciências Sociais*, 1986, pp. 77-83. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/23773>>. Acesso em: 30/06/2017.

REMÉDIO, Maria Margarida Rodrigues. *A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939)*. Tese de mestrado, Didáctica da História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9382>>. Acesso em: 01/07/2018.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031-1054. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>>. Acesso em: 02/07/2018.

SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos I: (1928-1934)*. 5ª edição. Coimbra: Coimbra Ed., 1961. Disponível em: <<http://oliveirasalazar.org/discursosEscritos.asp>>. Acesso em: 26/06/2018.

SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.